



Revista Brasileira

FASE VII 🌿 JANEIRO-FEVEREIRO-MARÇO 2002 🌿 ANO VIII 🌿 Nº 30

Esta a glória que fica, eleva, honra e consola.

MACHADO DE ASSIS

Perfil de Euclides da Cunha

GILBERTO FREYRE

Alega-se, e com razão, que Euclides da Cunha, nos seus ensaios sobre a formação social do Brasil, concede importância exagerada ao “problema étnico”, parecendo não ter atinado com a extensão e a profundidade da influência da chamada “economia agrário-feudal” sobre a vida brasileira. Ou seja: despreza o sistema monocultor latifundiário e escravocrata na análise da nossa patologia social: e exalta a importância do processo biológico – a mistura de raças – como fator, ora de valorização, ora de deterioração regional e nacional.

São recentíssimos, aliás, os estudos que vão estabelecendo o primado do fator cultural – inclusive o econômico – entre as influências sociais e de solo, de clima, de raça, de hereditariedade, de família, que concorreram para a formação da sociedade brasileira, em geral, e, particularmente, para as suas formas agrárias ou pastoris caracterizadas pelo latifúndio, pela exclusividade de produção e pelo trabalho escravo ou semi-escravo, com todos os seus concomitantes psicológicos de agricultura sem amor profundo à terra.

Excerto do estudo *Perfil de Euclides da Cunha e outros perfis* (1944), p. 39-47. Gilberto Freyre (1900-1987), sociólogo, professor e escritor. Seu primeiro trabalho foi a tese *Social Life in Brazil in the Middle of the 19th Century* (1933). *Casa-grande & senzala* (1933) abre a série com o título geral de *Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*.

Não nos deve espantar que a Euclides da Cunha – a quem faltavam estudos rigorosamente especializados de antropologia física e cultural ainda mais que os de geologia, nos quais nos informou uma vez Arrojado Lisboa, a mim e a Rodrigo Melo Franco de Andrade, ter o autor de *Os sertões* recebido forte auxílio técnico de Orville Derby – impressionasse de modo particular o aspecto étnico, ou o ostensivamente étnico, da geografia humana do Brasil. Nem que, nos seus ensaios, resvalasse como resvalou, em mais de uma página eloqüente, no pessimismo dos que descrêem da capacidade dos povos de meio-sangue – ou de vários sangues – para se afirmarem em sociedades equilibradas e em organizações sólidas de economia, de governo e de caráter nacional. Descrença baseada em fatalismo de raça. Em determinismo biológico.

Não é de espantar, porque dos contemporâneos de Euclides da Cunha, o próprio Nina Rodrigues, com estudos especializados de antropologia (e cujo diagnóstico de psiquiatra do caso do Conselheiro, Euclides seguiu muito de perto), não escapou a exageros etnocêntricos na análise e na interpretação da nossa sociedade. Exageros que seriam seguidos por largos anos, quase sem retificação, por vários discípulos do sábio maranhense; e retomados pelo professor Oliveira Viana em obra erudita, publicada depois de 1920, quando no Museu Nacional já se esboçara, com Lacerda, a tendência, depois acentuada pelo professor Roquette-Pinto, no sentido de reabilitar-se experimentalmente o mestiço brasileiro, vítima de preconceitos cientificistas com aparência de verdades antropológicas.

Tais preconceitos foram gerais no Brasil intelectual de 1900: envolveram às vezes o próprio Sílvio Romero, cuja vida de guerrilheiro de idéias está cheia de contradições. Só uma exceção se impõe de modo absoluto: a de Alberto Torres, o primeiro, entre nós, a citar o professor Franz Boas e suas pesquisas sobre raças transplantadas. Outra exceção: a de Manuel Bomfim, turvado, entretanto, nos seus

vários estudos, por uma como mística indianista ou indianófila semelhante à de José de Vasconcellos, no México.

Daí não nos surpreender o penhor melancólico de Euclides para o fatalismo de raça. Aquele seu – “ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, repontam vivíssimos estigmas da inferior ... de modo que o mestiço é, quase sempre, um desequilibrado ... um decaído sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ascendentes superiores” (*Os sertões*, 3ª ed., pág. 109) – é bem característico dos seus momentos de fatalismo étnico. Vê-se que Euclides da Cunha se viu às vezes arrastado pelo que considerava a antropologia científica na sua expressão única e definitiva, a acreditar na incapacidade do mestiço: incapacidade biológica, fatal.

Mas o certo é que não se extremou em místico de qualquer teoria de superioridade de raça. O perfil que traça do sertanejo não é de um devoto absoluto de tal superioridade. Nem é fácil de conceber que um homem como Euclides da Cunha, animado do culto da personalidade humana tanto quanto do entusiasmo pelos planos arrojados de socialização dos grupos regionais ou nacionais, pudesse ser hoje o etnocentrista desdobrado em totalitarista que entrevêem nele alguns críticos de belas-letas, para quem a caracterização psicológica dos indivíduos e dos povos é um jogo fácil, ao sabor de caprichos de momento ou de entusiasmos doutrinários de ocasião.

Em Euclides da Cunha, o pessimismo diante da miscegenação não foi absorvente. Não o afastou de todo da consideração e da análise daquelas poderosas influências sociais a cuja sombra se desenvolveram, no Brasil, condições e formas feudais de economia e de vida já mortas na Europa ocidental; traços aparentemente cacogênicos mas, na realidade, de patologia social, que o isolamento de populações, no sertão e mesmo nas proximidades do litoral, conservaria até aos nossos dias. Aqueles fazendeiros do sertão que o escritor

conheceu a usufruírem “parasitariamente as rendas das terras dilatadas sem divisas fixas”, eram bem o prolongamento, no espaço e no tempo, dos sesmeiros da colônia. Uns e outros, senhores de escravos ou de semi-escravos “perdidos nos *arrastadores* e mucambos”. Semi-escravos, os dos sertões, “cuidando a vida inteira, fielmente, os rebanhos que lhes não pertencem”. (*Os sertões*, 3ª ed., pág. 122).

Aliás, é possível que o movimento messiânico de Antônio Conselheiro tenha tido alguma coisa da revolta de oprimidos entrevista apenas por Euclides. Foi assim que Canudos ficou para a opinião europeia mais aguçada no diagnóstico de revoluções exóticas: como revolta de classe oprimida. A resenha do Hachette, de Paris, para o ano de 1897, pode ser considerada típica daquele diagnóstico quando faz do Conselheiro – um dos raros sul-americanos que alcançaram então fama mundial – curiosa figura de profeta que pregava “le communisme en même temps que le rétablissement de la monarchie...”

O aspecto “comunista” e ao mesmo tempo “monarquista” encontra-se noutros movimentos brasileiros do século XIX, classificados vagamente como surtos de misticismo doentio entre grupos isolados: sertanejos do Nordeste, restos de quilombolas, “fanáticos” do Contestado, europeus mal assimilados pela civilização brasileira do litoral. Entre os últimos, os colonos alemães e os descendentes de alemães que, ainda sob a Monarquia, esboçaram, perto de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, o seu Canudos ou a sua Pedra Bonita, o seu Quebra-Quilos ou a sua guerra de Cabanos, tendo por profeta uma mulher: Jacobina Mentz. E por ideal de organização social, certo comunismo cristão a que talvez não fossem estranhos sugestões dos Mórmons e restos de influência da tentativa de colonização socialista do dr. Mure, em Santa Catarina.

O próprio aspecto de sebastianismo político do movimento de Canudos – exagerado na época pelos devotos da República mas desprezado hoje pelos estudiosos daquele capítulo dramático de histó-

ria brasileira — está a pedir a atenção de algum pesquisador mais pa-chorrento que se disponha a acompanhar — tarefa difícil — a atividade de agentes ou de simples amadores da restauração monárquica no nosso país, nos fins do século passado e nos começos do atual. Agentes ou amadores a quem a revolta do Conselheiro talvez tenha se apresentado como força de fácil utilização política. Tais agentes e amadores não só existiram como atuaram, às vezes inteligentemente, a favor de sua causa. E sua atividade — se não francamente política, de sondagem pré-política das condições brasileiras e de colheita de dados para o que se pode hoje denominar de economia ou sociedade planificada dentro da concepção monárquica de reorganização da vida nacional (pois a tanto se estendeu o preparo para a restauração do Império no Brasil na pessoa do Príncipe Dom Luís, a quem não faltavam idéias moderníssimas de governo junto com o senso político, o gosto de ação e o entusiasmo pelas coisas brasileiras) — foi até ao interior do Brasil. Foi até ao estudo metuculoso e literalmente germânico de zonas remotas que somente agora estão interessando de novo aos responsáveis pela política e pela administração do nosso país. E foi até a tentativas francas ou sutis no sentido de atrair grandes intelectuais do Brasil para a causa monárquica. Tentativas que alcançaram Oliveira Lima — que chegou a ser convidado pelo Príncipe para ministro das Relações Exteriores de um possível governo monárquico que da noite para o dia se estabelecesse no Rio de Janeiro — e se estenderam, de modo muito vago, ao próprio Euclides.

Admitido o aspecto vagamente político de Canudos — aquela mistura de “comunismo” com “monarquismo” — a verdade é que o movimento do Conselheiro foi principalmente um choque violento de culturas: a do litoral modernizado, urbanizado, europeizado, com a arcaica, pastoril e parada dos sertões. E esse sentido social e amplamente cultural do drama, Euclides percebeu-o lucidamente, embora os preconceitos cientificistas — principalmente o da raça —

lhe tivessem perturbado a análise e a interpretação de alguns dos fatos da formação social do Brasil que seus olhos agudos souberam enxergar, ao procurarem as raízes de Canudos.

A mesma lucidez afastou-o da exagerada idealização da atividade missionária e política dos jesuítas – organizadores de outros Canudos – na formação brasileira. Idealização a que se entregaram com toda a alma Joaquim Nabuco e Eduardo Prado. A Euclides foi preciso ter havido o Anchieta – o mesmo Anchieta no qual os historiadores oficiais da expansão inaciana no Brasil colonial recusam-se a enxergar a figura máxima daqueles dias, do ponto de vista jesuítico – para que ele, Euclides da Cunha, se sentisse reconciliado com a Companhia de Jesus. Mas não nos antecipemos sobre este ponto.



Além de Orville Derby – que segundo Arrojado Lisboa teria fornecido a Euclides da Cunha notas valiosas sobre a geologia do Brasil (assunto em que o sábio norte-americano naturalizado brasileiro era mestre) – o autor de *Os sertões* teve em Teodoro Sampaio não só um colaborador mas um orientador no estudo de campo de geografia e de história geográfica e colonial do Nordeste; e talvez – me aventuro a acrescentar – um tradutor de trechos mais difíceis da língua inglesa, em cujo conhecimento parece que Euclides da Cunha era patrioticamente fraco. No seu “Terra sem história” (*À margem da História*, 1908, p. 21) surpreendo-o a traduzir *drinking, gambling and lying* por “bebendo, dançando, sambando”. Tradução demasiado livre.

Um crítico baiano, o senhor Carlos Chiacchio, destacou há pouco, em sugestivo ensaio – *Euclides da Cunha, aspectos singulares* (Bahia, 1940) – o auxílio prestado ao escritor de *Os sertões* por aquele seu amigo e, em certo sentido, mestre de geografia e de história – tanto quanto Orville Derby de geologia: Teodoro Sampaio. O próprio

Sampaio recordara, em artigo para a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia* (Bahia, 1919, p. 252): “Levou-me (Euclides) algumas notas que eu lhe ofereci sobre as terras do sertão que eu viajara antes dele em 1878. Pediu-me cópia de um meu mapa ainda inédito na parte referente a Canudos e vale superior do Vaza-Barris, trecho do sertão ainda muito desconhecido, e eu lho forneci...” E para Sampaio é que Euclides da Cunha foi lendo depois, aos domingos, “os primeiros capítulos, os referentes à natureza física dos sertões, geologia, aspecto, relevo”, escritos “naquela sua caligrafia minúscula”. Poupou, talvez, ao mestre de geografia a leitura das páginas mais acres de pessimismo sobre os povos híbridos.

Pedira ainda Euclides a Teodoro Sampaio “apontamentos históricos”, que – diz Sampaio naquele seu artigo – “eu assim como os possuía, enfeixados em cadernos de notas, de bom grado lhos fornecia, resultando disso, por acaso, esse manuscrito da lavra de nós ambos que o Instituto hoje possui, isto é, notas distribuídas em capítulos por mim escritos na primeira parte do livro, observações outras da lavra de Euclides, feitas com a mesma letra miudinha que ambos adotávamos para simples anotações”. Das notas de Teodoro informa o sr. Carlos Chiacchio que se referem a “cartas régias, roteiros, alvarás, crônicas de jesuítas, biografias, manuscritos, coloniais, múltiplos veiros, em suma, codificados em Casal, Accioly, Pedro Taques, Araújo Porto-Alegre, Alexandre Rodrigues Ferreira, pesquisas e documentos de institutos, bibliotecas, arquivos do Rio e Bahia, tudo isso esmerilhado, escoldrinhado, loteado e recolhido não em um ou dois ou três anos de afogadilho, mas longamente, metodicamente, pertinacissimamente”.

Juntando-se a colaboração do paciente pesquisador de geografia física e humana e de história colonial do Brasil que foi Teodoro Sampaio à do geólogo Orville Derby e, ainda, à orientação do psiquiatra Nina Rodrigues quanto ao diagnóstico do Conselheiro e dos fanáticos de Canudos, o próprio esforço de pesquisa de Euclides

nos arquivos da Bahia, e de campo, no interior do Estado, vê-se como é precária a posição dos que ingenuamente exaltam em *Os sertões* um livro improvisado. Nem improvisado nem fácil. Nem tampouco caprichosamente individual, de quem tivesse se retraído dos especialistas seus amigos ou conhecidos para escrever sozinho um livro de tamanha complexidade.

Nas suas pesquisas de técnico, no extremo Norte, Euclides da Cunha teve outro bom colaborador, este seu primo e, como Teodoro, amigo íntimo: o engenheiro Arnaldo Pimenta da Cunha.

Do então jovem engenheiro Pimenta da Cunha é que escreveu a José Rodrigues Pimenta da Cunha – pai de Arnaldo e tio de Euclides – o médico da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus: “A parte técnica da comissão foi muito principalmente obra sua. Foi talvez o anjo tutelar do chefe...” De modo que colaborações técnicas de amigos não faltaram ao grande escritor.

É de Euclides esta caracterização de sua própria vida: “romance mal arranjado”. Nesse “romance mal arranjado” um dos seus maiores consolos foi decerto o da amizade. Amizade que mais de uma vez se estendeu em colaboração ou em auxílio técnico dos amigos – dos mais jovens como dos mais velhos – nas pesquisas e nos trabalhos necessários a ensaios de modo nenhum improvisados. Raro o escritor, o artista ou o cientista que tenha tido amigos e colaboradores tão bons como os que Euclides da Cunha teve na Bahia e no Amazonas, em São Paulo e no Rio.

Nas suas viagens de aventura científica, à saudade dos filhos se juntou sempre a dos amigos: “as imagens dos amigos constantemente evocadas e cada vez mais impressionadoras à medida que se aumentam as distâncias”. E aos amigos – diz numa carta a Oliveira Lima – aos amigos “elejo-os sempre incorruptíveis confessores desta minha vida”. A Vicente de Carvalho escreve meses antes de ser assassinado no Rio: – “Tranqüiliza-me, homem! Imagina as atropelações em que vivo...”